



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE DA SERRA

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2015

Cód. 27 – Procurador

1. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:
 - A) prevalência dos direitos humanos e cidadania.
 - B) igualdade entre os Estados e autonomia legislativa.
 - C) concessão de asilo político e pluralismo político.
 - D) defesa da paz e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

2. O mandado de injunção deverá ser concedido:
 - A) para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - B) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
 - C) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - D) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

3. Constituem direitos sociais expressamente previstos na Constituição Federal:
 - A) a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 - B) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
 - C) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
 - D) a livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

4. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
 - A) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - B) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
 - C) ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
 - D) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

5. São privativos de brasileiro nato, dentre outros, os cargos:
 - A) da carreira diplomática e de oficial das Forças Armadas.
 - B) de Presidente da Câmara dos Deputados e de Senador da República.
 - C) de Ministro dos Tribunais Superiores e de Deputado Federal.
 - D) de Ministro de Estado da Defesa e de Governador de Estado.

6. Deve ser declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
- A) contrair matrimônio, com pessoa de outra nacionalidade, no estrangeiro.
 - B) adquirir outra nacionalidade, mesmo no caso de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
 - C) adquirir outra nacionalidade, mesmo no caso de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.
 - D) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
7. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos:
- A) para os maiores de dezoito anos.
 - B) os analfabetos.
 - C) os maiores de sessenta anos.
 - D) os maiores de catorze e menores de dezoito anos.
8. Apresenta-se como condição de elegibilidade a idade mínima de:
- A) dezoito anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.
 - B) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal.
 - C) vinte e um anos para Vereador.
 - D) trinta anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.
9. A Constituição Federal veda a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
- A) cancelamento da naturalização por decisão administrativa transitada em julgado.
 - B) condenação criminal, enquanto durarem seus efeitos.
 - C) incapacidade civil absoluta.
 - D) demissão de cargo público, a bem do serviço público.
10. Estão legitimados para a propositura da ação declaratória de constitucionalidade:
- A) o Procurador-Geral da República e a entidade de classe de âmbito nacional.
 - B) a Mesa da Câmara Legislativa do Município e o Governador do Distrito Federal.
 - C) a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil e o Presidente da República.
 - D) os Deputados Federais e o partido político com representação no Congresso Nacional.
11. Assinale a alternativa que atende, com fundamento nos princípios do direito do consumidor, ao enunciado que decorre do "princípio da informação":
- A) A informação decorre de o consumidor ser o elemento mais fraco da relação consumerista, por não dispor do controle sobre a produção dos produtos, conseqüentemente acaba se submetendo ao poder dos detentores deste controle, no que surge à necessidade da criação de uma política jurídica que busque a minimização dessa disparidade na dinâmica das relações de consumo.
 - B) O princípio da informação, que emana da necessidade da adequação dos produtos e serviços ao binômio, qualidade/segurança, atende aos objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo, e consiste na atenção de eventuais problemas dos consumidores, no que diz respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria da sua qualidade de vida.
 - C) O Princípio da informação, nas relações de consumo, refere-se à reparação por danos pelo fato do produto, e, orienta as práticas comerciais, a publicidade, e a proteção contratual, merecedora de especial destaque, que considera nulas de pleno direito, cláusulas contratuais que sejam incompatíveis com a boa-fé e equidade.
 - D) A informação é um direito na seara consumerista que já vem desde a antiguidade, como nas Leis das XII Tábuas, que exigia do vendedor uma obrigação de transparência, determinando que este definisse as qualidades essenciais de seus produtos e proibindo-o de fazer publicidade mentirosa; de uma forma mais evoluída o princípio da informação exige que o consumidor seja informado em todos os aspectos que envolvem o ato de comprar, de adquirir bens ou serviços, para que este não venha a ser lesado quando desejar adquirir o bem da vida.
12. São modalidades de Proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) liberdade assistida e internação.
 - B) obrigação de reparar o dano e inserção em regime de semi-liberdade.
 - C) acompanhamento temporários e prestação de serviços à comunidade.
 - D) colocação em família substituta e acolhimento institucional.
13. De acordo com o estabelecido no Código Civil Brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:
- A) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
 - B) os menores de dezesseis anos.
 - C) os pródigos.
 - D) os que, por enfermidade, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

14. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- A) as organizações religiosas.
 - B) as associações públicas.
 - C) os partidos políticos.
 - D) as empresas individuais de responsabilidade limitada.
15. Considera-se bem imóvel para os efeitos legais:
- A) o direito à sucessão aberta.
 - B) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
 - C) as energias que tenham valor econômico.
 - D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
16. O negócio jurídico será considerado válido quando:
- A) tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
 - B) a lei proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.
 - C) tiver sido celebrado por pessoa absolutamente incapaz.
 - D) for lícito, possível ou determinável o seu objeto.
17. A prescrição possui curso normal:
- A) pendendo ação de evicção.
 - B) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.
 - C) contra os ausentes do País a serviço de empresas privadas brasileiras.
 - D) entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
18. A respeito do negócio jurídico, pode ser afirmado que:
- A) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio.
 - B) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
 - C) a validade da declaração de vontade depende de forma especial, sem qualquer ressalva.
 - D) a impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa.
19. Ambos os cônjuges devem ser necessariamente citados para as ações:
- A) que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges.
 - B) baseadas em dívidas contraídas pela mulher a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto de seu trabalho da mulher ou de seus bens reservados.
 - C) que versem sobre direitos reais mobiliários.
 - D) fundadas em dívidas contraídas pelo marido a qualquer título.
20. Devem ser representados em juízo, ativa e passivamente:
- A) a massa falida, pelo inventariante.
 - B) as sociedades sem personalidade jurídica, pelo gerente de sua sucursal aberta no Brasil.
 - C) a herança jacente ou vacante, por seu curador.
 - D) o espólio, pelo síndico.
21. Constitui dever das partes e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo civil:
- A) formular pretensões, cientes de que são destituídas de fundamento.
 - B) produzir provas desnecessárias à declaração ou defesa do direito.
 - C) alegar defesa, cientes de que são destituídas de amparo jurídico.
 - D) cumprir com exatidão os provimentos mandamentais e não criar embaraços à efetivação de provimentos judiciais, de natureza antecipatória ou final.
22. Deve ser reconhecido como litigante de má-fé aquele que:
- A) usar do processo para conseguir objetivo legal.
 - B) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
 - C) opuser resistência justificada ao andamento do processo.
 - D) provocar incidentes manifestamente fundados.
23. De acordo com o preceituado no Código de Processo Civil Brasileiro, o advogado tem o direito de:
- A) requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo judicial pelo prazo de 15 (quinze) dias.
 - B) examinar, em cartório de justiça e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, sem qualquer ressalva.
 - C) retirar os autos do cartório ou secretaria, pelo prazo legal, sempre que lhe competir falar neles por determinação do juiz, nos casos previstos em lei.
 - D) requerer, como procurador, vista dos autos de qualquer processo administrativo pelo prazo de 10 (dez) dias.

24. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:
- A) as obrigações derivarem de diverso fundamento de direito.
 - B) entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
 - C) entre as causas houver compensação pelo objeto ou pela causa de pedir.
 - D) os direitos derivarem de diverso fundamento de fato.
25. A denunciação da lide é obrigatória:
- A) ao alienante, na ação em que terceiro reivindica a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer o direito que da evicção lhe resulta.
 - B) ao proprietário quando, por força de direito, em casos como o do usufrutuário, o réu, citado em nome alheio, exerça a posse indireta da coisa demandada.
 - C) àquele que estiver obrigado a indenizar, em ação específica, o dano que houver causado.
 - D) possuidor indireto quando, por força de obrigação, em casos como o do credor pignoratício, o réu, citado em nome próprio, exerça a posse indireta da coisa demandada.
26. É competente o foro:
- A) da residência da mulher, para a ação em que se pedem alimentos.
 - B) do lugar onde exerce a sua atividade secundária, para a ação em que for ré a sociedade, que carece de personalidade jurídica.
 - C) do lugar do ato ou fato para a ação de reparação do dano.
 - D) do domicílio do devedor, para a ação em que for réu o administrador ou gestor de negócios alheios.
27. No que diz respeito à ordem jurídica tributária estabelecida pela Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta.
- A) Os entes federativos podem instituir imposto, taxa e contribuição de melhoria.
 - B) Sempre que possível, os impostos deverão ter caráter pessoal.
 - C) Sempre que possível, os impostos devem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
 - D) Cabe à lei ordinária regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
28. Cabe à Lei Complementar:
- A) estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
 - B) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
 - C) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies.
 - D) estabelecer normas específicas em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.
29. De acordo com a Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico:
- A) não poderão incidir sobre a importação de produtos estrangeiros.
 - B) poderão ter alíquotas *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro.
 - C) poderão incidir sobre as receitas decorrentes de exportação.
 - D) não poderão incidir sobre serviços.
30. Em matéria tributária, a Constituição Federal autoriza os Municípios:
- A) a exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - B) a instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
 - C) a cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos após o início da vigência da lei que os houver aumentado.
 - D) a cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu.
31. Cuidando-se de matéria tributária, a Carta Magna autoriza os Estados a:
- A) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
 - B) instituir impostos sobre o patrimônio dos partidos políticos.
 - C) utilizar tributo com efeito de confisco.
 - D) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e bens, tal como na cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

32. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:
- A) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - B) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
 - C) propriedade territorial rural.
 - D) produtos industrializados.
33. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
- A) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
 - C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - D) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
34. Dentre os requisitos do ato administrativo, assinale aqueles que, eventualmente, podem ser materializados de forma discricionária:
- A) motivo e objeto.
 - B) competência e finalidade.
 - C) forma e competência.
 - D) finalidade e forma.
35. São características inerentes ao poder de polícia da Administração Pública:
- A) legalidade, impessoalidade e facultatividade.
 - B) moralidade, coatividade e proporcionalidade.
 - C) auto-executoriedade, discricionariedade e coercibilidade.
 - D) eficiência, imperatividade e derogabilidade.
36. No que tange à improbidade administrativa, pode ser afirmado que:
- A) o sucessor daquele que causou lesão ao patrimônio público não está sujeito às cominações da lei de improbidade administrativa.
 - B) quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, a autoridade administrativa responsável pela apuração deverá representar à Polícia Federal, a quem caberá indisponibilizar os bens do indiciado.
 - C) ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, deve ocorrer o ressarcimento parcial do dano.
 - D) as disposições da lei de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, tenha concorrido para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficiado sob qualquer forma direta ou indireta.
37. De acordo com o preceituado na lei que disciplina o parcelamento do solo, o registro do loteamento não poderá ser cancelado:
- A) por decisão judicial.
 - B) a requerimento de terceiro, com expressa anuência do alienante.
 - C) a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura.
 - D) a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato.
38. Apresentam-se como formas de provimento de cargo público:
- A) a recondução e o aproveitamento.
 - B) a readaptação e a transferência.
 - C) a ascensão e a reversão.
 - D) a reintegração e a movimentação.
39. Como regra, a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, como na hipótese abaixo enunciada:
- A) a de dois cargos técnicos.
 - B) a de um cargo técnico com outro científico.
 - C) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
 - D) a de dois cargos científicos.

40. Complete a lacuna abaixo assinalando a alternativas correta.

“A _____ se define como sendo um ônus real de uso imposto pela Administração à propriedade particular para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário”. O texto se refere à hipótese de:

- A) servidão administrativa
- B) limitação administrativa
- C) ocupação temporária
- D) desapropriação indireta

41. No que concerne à imputabilidade, assim dispõe o Código Penal Brasileiro:

- A) A embriaguez voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
- B) O juiz pode deixar de aplicar qualquer medida, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
- C) O agente que comete o fato, sob o domínio de violenta emoção, logo após a injusta provocação da vítima, é isento de pena.
- D) É isento de pena o agente que, por doença mental era, ao tempo da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

42. Configura crime de uso de documento falso, fazer uso de:

- A) selo público falsificado destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município.
- B) atestado médico falso.
- C) sinal falsificado atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade.
- D) sinal falsificado público de tabelião.

43. A conduta de “deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente”, configura o crime de:

- A) prevaricação.
- B) corrupção passiva.
- C) condescendência criminosa.
- D) advocacia administrativa.

44. A Lei que prevê o crime de “abuso de autoridade” estabelece algumas sanções de natureza administrativa, dentre as quais pode ser enunciada:

- A) suspensão do cargo por prazo de cinco a cento e oitenta dias, com perda de vencimentos e vantagens.
- B) exoneração.
- C) perda do cargo e a inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo até três anos.
- D) destituição de função, a bem do serviço público.

45. Apresenta-se como crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- A) omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
- B) antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
- C) retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- D) desatender, sem motivo justo, as convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

46. O Código de Processo Penal autoriza a decretação da prisão preventiva na seguinte hipótese:

- A) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- B) nos crimes culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 2 (dois) anos.
- C) se o crime envolver violência culposa ou dolosa contra criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência.
- D) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 2 (dois) anos.

47. No que concerne à titularidade e aos princípios da ação penal, assinale a alternativa incorreta.

- A) Quando Código de Processo Penal estatui que a ação penal deverá ser *promovida* por denúncia do Ministério Público, se depreende implícito o princípio da indisponibilidade, por não ser do arbítrio deste mover ou não a ação penal: é função institucional deste Órgão.
- B) É o Ministério Público “dono (*dominus litis*) da ação penal pública”, sendo quem exerce a pretensão punitiva, promovendo a ação penal pública desde a peça inicial, que é a denúncia, até o final.
- C) Como é um órgão do Estado, uno e indivisível, representado por Promotores e Procuradores de Justiça, os membros do Ministério Público podem ser substituídos a qualquer tempo no decorrer do processo, permanecendo inalterada a titularidade da ação, pois que ela é do Órgão Ministerial, do qual os citados Promotores e Procuradores de Justiça são os representantes.
- D) Prevê o Código Processual Penal, a hipótese de qualquer pessoa do povo provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação penal pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

48. A respeito do salário e da remuneração, pode ser afirmado o que segue:

- A) O salário mínimo é definido como a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, excluindo-se de tal abrangência o trabalhador rural, sem distinções de sexo, por dia normal de serviço, e capaz de satisfazer as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.
- B) Salário é o valor estipulado para retribuição pelo trabalho prestado e é pago diretamente para o trabalhador, podendo envolver terceiros.
- C) O salário deve ser pago em períodos máximos de um mês e pode ser realizado em dinheiro, cheque, depósito bancário ou utilidades, sendo que, nesse caso, pelo menos 20% (vinte por cento) do salário deve ser pago em dinheiro.
- D) Remuneração é o total de bens fornecidos ao empregado pelo trabalho prestado, ou seja, o resultado da somatória do salário adicionado de comissões, porcentagens, horas extras, gratificações, gorjetas e abonos pagos pelo empregador.

49. Complete a frase abaixo assinalando a alternativa correta.

De acordo com o previsto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), considera-se empregado, _____.

- A) aquele que utiliza o serviço de outrem em determinada direção, traçada por quem o aproveita e para obtenção de resultados sucessivos
- B) a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação do serviço
- C) toda pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário
- D) aquele que presta um serviço transitório ou permanente à empresa, com ou sem remuneração, havendo, contudo, uma vinculação direta entre o trabalhador e o empresário

50. A respeito da relação de trabalho e relação de emprego, pode ser afirmado o que segue:

- A) a relação de emprego possui caráter genérico, referindo-se a todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação em uma obrigação de fazer, consubstanciada em trabalho humano.
- B) A relação de trabalho é gênero, do qual a relação de emprego é espécie. Por outras palavras: a relação de emprego, sempre, é relação de trabalho; mas, nem toda relação de trabalho é relação de emprego.
- C) A relação de trabalho possui caráter bilateral, oneroso, sinalagmático e comutativo.
- D) a expressão “relação de emprego” engloba a relação de emprego, a relação autônoma de trabalho, a relação de trabalho eventual, de trabalho avulso e de trabalho temporário.